

Banco Komatsu do Brasil S.A.
Demonstrações Financeiras de 30 de
junho de 2022 e 2021

ÍNDICE

Relatório da Administração	3
Apresentação de Desempenho do Banco Komatsu	4
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	5
Balanço Patrimonial	8
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração do Fluxo de Caixa	11
NOTAS EXPLICATIVAS	
1 Contexto Operacional	12
2 Apresentação das Demonstrações Financeiras	12
3 Principais Práticas Contábeis	12
4 Principais Julgamentos e Estimativas Contábeis	16
5 Caixa e Equivalentes de Caixa	17
6 Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	17
7 Carteira de Créditos e Provisão p/Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	20
8 Outros Ativos Financeiros	22
9 Outros Ativos	22
10 Imobilizado de Uso	23
11 Depósitos	23
12 Obrigações por Empréstimos no Exterior e no País	23
13 Obrigações por Repasses no País	24
14 Outros Passivos	24
15 Patrimônio Líquido	24
16 Transações com Partes Relacionadas	25
17 Imposto de Renda e Contribuição Social	26
18 Valor Justo dos Ativos e Passivos Financeiros	27
19 Estrutura de Gerenciamento de Riscos	28
20 Gerenciamento do Capital	30
21 Outras Receitas e Despesas Operacionais	32
22 Outras Informações	33

Relatório da Administração

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Komatsu do Brasil S.A., correspondente às atividades desenvolvidas durante os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021, elaboradas em conformidade com a legislação vigente, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Ouvidoria

O Banco Komatsu, em conformidade com as disposições da Resolução nº4.860/20, do Conselho Monetário Nacional, mantém o componente organizacional de ouvidoria. Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que busca o aprimoramento de nossos procedimentos e rotinas, assim como o aperfeiçoamento de nossos produtos e serviços.

Desempenho

O Banco Komatsu tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos distribuídas pelo grupo Komatsu no Brasil.

O valor presente da carteira de operações de crédito e arrendamento financeiro no encerramento do 1º semestre de 2022, foi de R\$ 589 milhões.

O lucro líquido no 1º semestre de 2022, após a dedução da provisão para imposto de renda e da contribuição social, foi de R\$ 5 milhões. O patrimônio líquido no final do 1º semestre de 2022 totalizava R\$ 173 milhões, com o índice de Basileia de 28,63%.

Agradecimentos

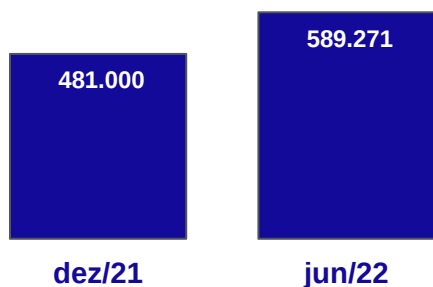
Agradecemos aos acionistas e clientes pelo apoio e confiança e aos nossos colaboradores pelo seu comprometimento e dedicação.

A Administração

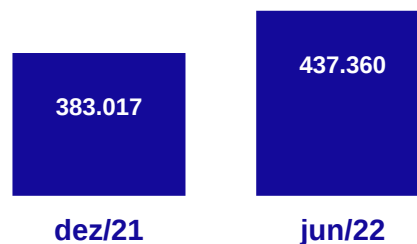
São Paulo, 17 de agosto de 2022.

Apresentação de Desempenho do Banco Komatsu

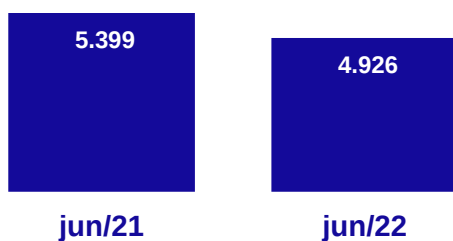
Carteira - R\$ MM



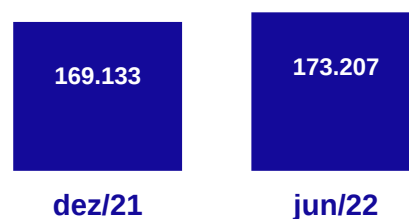
Captação Total - R\$ MM



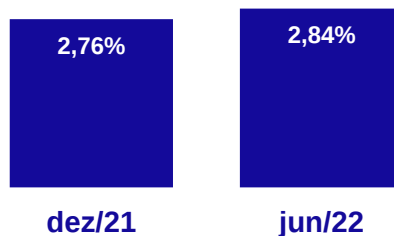
Lucro Líquido - R\$ MM



Patrimônio Líquido - R\$ MM



Retorno Sobre Patrimônio Líquido Médio





KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores do
Banco Komatsu do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Komatsu do Brasil S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Komatsu do Brasil S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

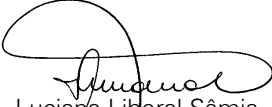
Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP



Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

Balço Patrimonial em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

ATIVO	NOTA	jun-22	dez-21
Disponibilidades	5	33.547	22.973
Ativos Financeiros		585.201	533.506
Títulos e valores Mobiliários	6a	-	50.614
Instrumentos Financeiros Derivativos	6b	2.662	7.684
Operações de Crédito	7	581.102	474.834
Operações de Crédito		589.036	480.320
Operações de Arrendamento Mercantil		235	722
(Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito)		(8.169)	(6.208)
Outros Ativos Financeiros	8	1.437	374
Ativos Fiscais		9.196	14.394
Ativos Tributários Correntes		5.269	10.346
Crédito Tributário	17b	3.927	4.048
Imobilizado de Uso	10	490	563
Outras imobilizações de uso		1.068	1.167
(Depreciação acumulada)		(578)	(604)
Outros Ativos	9	817	2.648
TOTAL DO ATIVO		629.251	574.084
PASSIVO			
	NOTA	jun-22	dez-21
Passivos Financeiros		437.360	383.017
Depósitos	11	199.668	226.996
Obrigações p/Empréstimos no Exterior e no País	12	190.781	135.431
Obrigações p/ Repasses País - Instituições Oficiais	13	40.479	18.314
Instrumentos Financeiros Derivativos	6b	6.432	2.276
Outros Passivos	14	12.079	9.099
Passivos Fiscais		6.605	12.835
Passivos Tributários Correntes		6.605	11.335
Obrigações Fiscais Diferidas	17b	-	1.500
Patrimônio Líquido		173.207	169.133
Capital Social	15a	150.000	150.000
Ajuste de Avaliação Patrimonial	6d	(20)	832
Reserva Legal		1.243	997
Reserva de Expansão		-	17.304
Reserva Estatutária		21.984	-
TOTAL DO PASSIVO		629.251	574.084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado de 30 de junho de 2022 e 2021

	NOTA	jun-22	jun-21
Receitas da Intermediação Financeira		39.548	25.180
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	7b	37.364	24.792
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5b	2.184	388
Despesas da Intermediação Financeira		(55.826)	(34.313)
Operações de Captação de Mercado		(9.718)	(3.509)
Operações de Empréstimos e Repasses		(31.759)	(14.665)
Operações de Arrendamento Financeiro		(3.654)	(3.055)
Operações de Instrumentos Financeiros Derivativos	6e	(10.695)	(13.084)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(16.278)	(9.133)
Resultado de Provisão para Perdas		(2.039)	(1.548)
(Provisão) para perdas associadas ao risco de crédito		(2.039)	(1.548)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		28.432	20.116
Receitas de Prestação de Serviços	21a	139	259
Despesas Tributárias	21a	(852)	(1.046)
Outras Receitas Operacionais	21a	35.059	26.277
Despesas de Pessoal	21d	(1.887)	(1.839)
Despesas de Honorários de Diretoria	21d	(1.936)	(1.724)
Outras Despesas Administrativas	21c	(2.091)	(1.811)
Resultado Operacional		10.115	9.435
Outras Receitas e (Despesas)	21b	356	(38)
Resultado antes da Tributação		10.471	9.397
Imposto de Renda e Contribuição Social	17	(5.429)	(3.848)
Provisão para Imposto de Renda		(3.672)	(2.630)
Provisão para Contribuição Social		(2.286)	(2.214)
Impostos Diferidos		529	996
Participação nos Lucros		(116)	(150)
Resultado do Período		4.926	5.399
Lucro líquido por ação		0,04926	0,05399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente de 30 de junho de 2022 e 2021

	jun-22	jun-21
Resultado Líquido do Período	4.926	5.399
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:	(852)	115
Hedge de fluxo de caixa	(852)	115
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido	(1.701)	193
Efeito fiscal	849	(78)
Resultado Abrangente	4.074	5.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido de 30 de junho de 2022 e 2021

	Reservas de Lucros					Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Reserva Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	100.000	494	7.742	-	(203)	-	108.033
Lucro líquido do Semestre	-	-	-	-	-	5.399	5.399
Destinação do Lucro:							
Reserva Legal	-	269	-	-	-	(269)	-
Reserva de Expansão	-	-	5.130	-	-	(5.130)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	115	-	115
Saldos em 30 de junho de 2021	100.000	763	12.872	-	(88)	-	113.547
Saldos em 31 de dezembro de 2021	150.000	997	17.304	-	832	-	169.133
Lucro líquido do Semestre	-	-	-	-	-	4.926	4.926
Destinação do Lucro:							
Reserva Legal	-	246	-	-	-	(246)	-
Reserva de Expansão	-	-	(17.304)	-	-	-	(17.304)
Reserva Estatutária	-	-	-	21.984	-	(4.680)	17.304
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(852)	-	(852)
Saldos em 30 de junho de 2022	150.000	1.243	-	21.984	(20)	-	173.207

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa de 30 de junho de 2022 e 2021

	NOTA	jun-22	jun-21
RESULTADO DO PERÍODO		4.926	5.399
Ajustes ao Resultado:		22	3.751
Depreciação de Imobilizado	21c	85	85
Depreciação de Arrendamento Financeiro		294	3.055
provisão/(reversão) de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	7g	2.039	1.548
Insuficiência de Depreciação		(3.063)	653
Reversão p/Desvalorização de Ativos não Financeiros Mantidos p/Venda		(90)	-
Resultado na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos p/Venda		(205)	38
Resultado MTM dos Inst.Finan.Derivativos		852	(115)
Impostos Diferidos		212	(1.159)
Recuperação de despesas		(102)	-
Recuperação de Créditos		-	(354)
LUCRO/(PREJUÍZO) AJUSTADO DO PERÍODO		4.948	9.150
Variações Patrimoniais			
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais		(42.004)	(88.107)
Instrumentos Financeiros Derivativos		55.636	2.544
Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro		(103.606)	(76.322)
Outros Ativos		5.966	(14.329)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais		47.530	78.011
Depósitos Interfinanceiros		(27.118)	50.363
Depósitos a Prazo		(211)	50
Instrumentos Financeiros Derivativos		4.156	8.390
Obrigações p/ Empréstimos e Repasses		22.164	(1.260)
Obrigações p/ Empréstimos no Exterior e no País		55.350	19.128
Outros Passivos		(6.811)	1.340
ATIVIDADES OPERACIONAIS - CAIXA LÍQUIDO (APLICADO)		10.474	(946)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO - CAIXA LÍQUIDO (APLICADO)		100	(85)
(Aquisição) de Imobilizado de Uso		(12)	(167)
Baixa de Imobilizado de Uso		112	82
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		10.574	(1.031)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		22.973	23.342
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		33.547	22.311
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		10.574	(1.031)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Komatsu do Brasil S.A. (Banco) está focado em oferecer financiamentos para a aquisição de máquinas e equipamentos produzidos pela Komatsu Brasil International Ltda. e comercializados por sua rede de distribuidores no Brasil, através das modalidades de financiamento Finame (BNDES), CDC e Arrendamento Financeiro. Como não está envolvido com outros produtos bancários de crédito ou de investimentos, é capaz de concentrar seus esforços na oferta de produtos e serviços específicos para seus clientes em condições de excelência.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e com as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 13.818/19.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às Instituições Financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

Resolução CMN nº 4.924/21	Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	CPC 00
Resolução CMN nº 4.924/21	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	CPC 01
Resolução CMN nº 4.524/16	Efeitos das mudanças taxas câmbio e conversão de demonstrações financeiras	CPC 02
Resolução CMN nº 4.910/21	Demonstração dos Fluxos de Caixa	CPC 03
Resolução CMN nº 4.534/16	Ativo intangível	CPC 04
Resolução CMN nº 4.966/21	Divulgação sobre Partes Relacionadas	CPC 05
Resolução CMN nº 3.989/11	Pagamento Baseado em Ações	CPC 10
Resolução CMN nº 4.924/21	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	CPC 23
Resolução CMN nº 4.966/21	Evento Subsequente	CPC 24
Resolução CMN nº 3.823/09	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	CPC 25
Resolução CMN nº 4.535/16	Ativo Imobilizado	CPC 27
Resolução CMN nº 4.877/20	Benefícios a Empregados	CPC 33
Resolução CMN nº 4.910/21	Resultado por Ação	CPC 41
Resolução CMN nº 4.924/21	Mensuração do valor justo	CPC 46
Resolução CMN nº 4.924/21	Receita de Contrato com Cliente	CPC 47

Essas demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas em reunião de Diretoria em 17 de agosto de 2022.

3. Principais Práticas Contábeis

a. Apuração do Resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, e reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base *pro rata die*.

Não são apropriadas as receitas de operações de crédito que apresentarem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal e/ou encargos.

Adicionalmente, as receitas e despesas foram reconhecidas segundo a Portaria MF nº 140/84 que estabelece normas às contraprestações de arrendamento mercantil que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no período;
- Ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil; e
- Os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por Disponibilidades em moeda nacional e Aplicações em Depósitos Interfinanceiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias (entre a data de aplicação e vencimento do ativo) e quando de um resgate antecipado, apresentam risco insignificante de mudança do valor justo, sendo utilizado pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (**Nota 5**).

c. Instrumentos Financeiros Derivativos

Os Instrumentos Financeiros Derivativos integrantes da carteira do Banco são utilizados para *hedge* (proteção) e seguem as orientações da Resolução CMN nº4.966/21. Esses instrumentos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os Instrumentos Financeiros Derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção *hedge* e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- (i) **Hedge de Risco de Mercado** – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de *hedge*, têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) **Hedge de Fluxo de Caixa** – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nesta categoria, bem como o item objeto de *hedge*, têm seus ajustes a valor de mercado da parcela efetiva do *hedge* registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributário, e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receita e despesa, no resultado do período (**Nota 6**).

Os Instrumentos Financeiros Derivativos que não atendam aos critérios do *hedge* têm seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

d. Operações de Crédito – Operações de Crédito, de Arrendamento Financeiro e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A carteira de crédito, contemplando as operações de crédito, de arrendamento financeiro são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, e experiência passada e os riscos específicos em relação a operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso igual ou superior a 60 dias.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociações de contrato em atraso igual ou superior a 60 dias ou em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 (**Nota 7**).

e. Outros Ativos – Outros Valores e Bens**Ativos não Financeiros Mantidos para Venda**

Registram-se como Ativos não Financeiros Mantidos para Venda do Banco, os bens adjudicados, recebidos por dação em pagamento ou por qualquer outra forma recepcionados para a liquidação ou amortização de dívidas, tomando-se por base os seguintes critérios de reconhecimento desses ativos:

O valor dos bens é registrado considerando os seguintes critérios:

- Bens com valor superior a R\$ 51.100 - são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico de empresa terceirizada e não ligada do Banco;
- Bens com valor entre R\$ 25.551 e R\$ 51.099 – são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico de empresa terceirizada e não ligada do Banco; e
- Bens com valor inferior a R\$ 25.550 – são registrados pelo saldo médio obtido nas vendas dos últimos 6 meses, levando em consideração as características do bem.

Adicionalmente, no caso de recuperação de créditos mediante dação de bens em pagamento, são observados os seguintes procedimentos:

- Quando a avaliação dos bens for superior ao valor contábil dos créditos, o valor registrado é igual ao montante de crédito, uma vez que não é permitida a contabilização do diferencial como receita; e
- Quando a avaliação dos bens for inferior ao valor contábil dos créditos, o valor registrado limita-se ao montante da avaliação dos bens.

O Banco avalia periodicamente, se há alguma indicação de que esses bens possam ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, o Banco estima o seu valor recuperável. Se o valor recuperável for inferior que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em “Resultado de Provisão para Perdas associadas ao risco de crédito” (**Nota 3g**).

f. Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço que ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas (**Nota 9**).

g. Imobilizado de Uso

Até dezembro de 2016 o imobilizado de uso foi registrado pelo custo de aquisição e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 20% para veículos, processamento de dados e 10% nos demais itens (**Nota 10**).

A partir de janeiro de 2017 de acordo com a Resolução CMN nº 4.535/16 do BACEN, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos que impactem sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis a alocação e condição para seu funcionamento.

Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo calculada de forma linear, e reconhecida mensalmente em contrapartida a conta específica de despesa operacional, considera-se vida útil do bem no período do tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

h. Ajustes aos Valores Recuperáveis dos Ativos (*Impairment*)

O Banco adota a prática de executar testes nos valores de recuperação dos seus Ativos não financeiros de acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, no mínimo uma vez a cada exercício, com o objetivo de verificar a existência de evidências de desvalorizações desses Ativos e consequente ajustes contábeis desses Ativos aos seus valores de realização. Em 30 de junho de 2022 e 2021 não foram identificadas perdas por *Impairment*.

i. Imposto de Renda e Contribuição Social (Ativos e Passivos)

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são registrados na rubrica “Ativos Fiscais” e realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

Com base na Resolução CMN nº 4.842/20, os resultados tributáveis históricos e projeções de prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização desses ativos.

A provisão para o imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240 anuais. A provisão para a contribuição social é calculada à alíquota de 20%, a Medida Provisória nº 1.115/22, majorou a alíquota de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido para os Bancos, de 20% para 21% para o período de agosto à dezembro de 2022, retornando a 20% a partir de 1º de janeiro de 2023.

j. Rendas de Exercícios Futuros

Entende-se como rendas antecipadas as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação do serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, dependa apenas, da fluência do prazo.

k. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$) mil, que é a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

l. Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

Em 30 de junho de 2022 o Banco não possui Ativos e Passivos Contingentes.

m. Benefícios a Empregados

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazo, são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/20. Em consonância com o Regime de competência, o pronunciamento requer que a entidade reconheça um passivo em contrapartida no resultado do período.

Os valores referentes a participação nos lucros (PLR) de diretores e empregados são reconhecidos em “Outros Passivos – Provisão para Participação nos Lucros” em contrapartida ao resultado, em “Participação de Empregados e Administradores nos Lucros e Resultado”.

n. Depósitos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado com base no regime de competência pelo prazo das operações originárias, e são apresentados como redutores do passivo correspondente.

As captações que são objeto de *hedge* de Fluxo de Caixa são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados na mesma linha que abriga o instrumento financeiro, em contrapartida de “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos”.

o. Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perdas, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

p. Resultado Recorrente / Não Recorrente

As políticas internas do 1º semestre de 2022 consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteira comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira”. Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido do Banco do 1º semestre de 2022, no montante de R\$ 4.926, foi obtido com base em resultados recorrentes, a não ser a majoração da Contribuição Social que no segundo semestre, passará de 20% para 21% para os Bancos, e voltará para 20% em janeiro de 2023.

	jun-22	jun-21
Lucro líquido dos semestres	4.926	5.399
Resultado não recorrente		
Majoração da alíquota da CSLL no Corrente e reflexo no Diferido	-	(270)
Majoração da alíquota da CSLL reflexo no Diferido	(82)	-
Lucro líquido recorrente	4.844	5.129

4. Principais Julgamentos e Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. A Administração aplica estimativas que podem alterar significativamente os montantes apresentados nas demonstrações financeiras, sendo que os valores podem ser divergentes em cenários em que são empregadas tais proposições. A seguir, estão descritas políticas contábeis adotadas que possuem elevada complexidade e norteiam aspectos relevantes na apuração de nossas operações.

a. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de operações de crédito e arrendamento financeiro

Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 2.682/99.

O Banco constitui provisão adicional para perdas de crédito, mediante ao cenário de crise no mercado de crédito, a qual segue os critérios da política interna de operações de créditos, que cita inclusive, eventos extraordinários que impliquem em maior risco de inadimplência da carteira de crédito. Maiores detalhes sobre os critérios utilizados na mensuração das perdas associadas ao risco de crédito são apresentados na **(Nota 7)**.

b. Créditos tributários

A realização de créditos tributários está suportada pelas projeções orçamentárias do Banco, devidamente aprovada pela diretoria. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico como inflação e taxa de juros, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.

Este item é apontado especialmente por conta da representatividade dos saldos de créditos tributários ativados, pela utilização de estimativas de rentabilidade futura que incorrem em alto grau de julgamento e pelos impactos relevantes que mudanças de premissas podem trazer para as demonstrações financeiras.

O detalhamento para a realização de créditos tributários está apresentado na **(Nota 17)**.

c. Mensuração dos efeitos decorrentes da Covid-19 nas demonstrações financeiras

Os impactos econômicos no Brasil e no mundo resultantes das medidas tomadas para conter a disseminação da covid-19 são de difícil mensuração. Os efeitos da covid-19, à medida que possam ser mensurados e incorporados nos julgamentos e estimativas contábeis mencionados nesta nota explicativa, poderão produzir impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Os possíveis impactos que poderão ser observados são aumento do risco de crédito de clientes por inadimplência nos pagamentos e consequente aumento de provisões para perdas esperadas em ativos financeiros, volatilidade e redução no valor justo dos títulos e valores mobiliários, variações significativas no valor justo de instrumentos financeiros derivativos.

Com base no descrito acima o Banco realizou uma análise de sua carteira e efetuou uma provisão adicional para perdas esperadas associadas ao risco de crédito **(Nota 7f)**.

O Banco vem acompanhando diariamente a evolução das suas operações que inclui o monitoramento das posições dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado de seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações.

Uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte a seus colaboradores, clientes, parceiros comerciais e fornecedores e da gestão de continuidade dos negócios, que inclui o uso do trabalho remoto, e estímulo ao uso dos canais digitais.

O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central têm adotado medidas para minimizar os efeitos da crise sobre a economia e garantir a manutenção de níveis adequados de liquidez no sistema financeiro. Dentre elas, a flexibilização dos critérios de caracterização das reestruturações de operações de crédito para fins de gestão do risco de crédito e a concessão de empréstimos a instituições financeiras por meio de Linha Temporária Especial de Liquidez contribuirão para amenizar os impactos decorrentes da pandemia.

d. Mensuração do Valor Justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo dos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

O modelo de mensuração do valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos, incluindo os derivativos, desenvolvidos pela Administração, leva em consideração o cenário econômico, a coleta de indicadores e preços praticados no mercado, aplicáveis a estes instrumentos na data do balanço. O valor da liquidação destes instrumentos financeiros poderá ser diferente dos valores estimados.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa do Banco, conforme Resolução CMN nº 4.818/20, apresentado no Balanço está constituído por:

a. Disponibilidades

	jun-22	dez-21
Disponibilidades	1.151	19
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (1)	32.396	22.954
TOTAL	33.547	22.973

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor de mercado.

b. Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

	jun-22	jun-21
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.184	388
TOTAL	2.184	388

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a. Composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Ativo	jun/22		dez/21	
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado
Título de Renda Fixa				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	50.625	50.614

b. Composição dos montantes de diferenciais a receber e a pagar, na rubrica de instrumentos financeiros derivativos

jun/22				
Ativo	Ajuste ao Valor de Mercado (no Resultado/Patrimônio Líquido)			
Derivativos	Valor de Custo		Diferencial a Receber	Custódia
Operações de swap - diferencial a receber	4.149	(1.487)	2.662	Cetip
Total Contratos a receber			2.662	
jun/22				
Passivo	Ajuste ao Valor de Mercado (no Resultado/Patrimônio Líquido)			
Derivativos	Valor de Custo		Diferencial a Pagar	Custódia
Operações de swap - diferencial a pagar	5.634	798	6.432	Cetip
Total Contratos a Pagar			6.432	
dez/21				
Ativo	Ajuste ao Valor de Mercado (no Resultado/Patrimônio Líquido)			
Derivativos	Valor de Custo		Diferencial a Receber	Custódia
Operações de swap - diferencial a receber	83.885	76.201	7.684	Cetip
Total Contratos a receber			7.684	
dez/21				
Passivo	Ajuste ao Valor de Mercado (no Resultado/Patrimônio Líquido)			
Derivativos	Valor de Custo		Diferencial a Pagar	Custódia
Contrato NDF - Non Deliverable Forward (a) - diferencial a pagar	26.117	27.225	(1.108)	Cetip
Operações de swap - diferencial a pagar	25.429	26.597	(1.168)	Cetip
Total Contratos a Pagar			(2.276)	

(a) Os Contratos NDF-Non Deliverable Forward não apresentaram efetividade do hedge de acordo com a Resolução nº 3.082, portanto não impactaram o Patrimônio Líquido do Banco no período,

Para as categorias "Títulos para Negociação", "Títulos Disponíveis para Venda" e "Instrumentos Financeiros Derivativos", o valor de mercado foi apurado com base nos seguintes critérios:

Com base nos valores referenciais de cada um dos parâmetros dos contratos, considerando o fluxo de caixa descontado a valor presente pelas taxas no mercado futuro de juros apurados com base nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, e destina-se a atender as necessidades próprias, no sentido de reduzir sua exposição e riscos de mercado, moeda e juros.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Banco não apresentava títulos classificados como "Títulos Disponíveis para Venda e Negociação".

c. Hedge de Fluxo de Caixa

Conforme a Resolução CMN nº 4.966/21 as operações classificadas como Hedge são realizadas com instrumentos derivativos com o objetivo de mitigar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista e são classificadas como Hedge de risco de mercado caso se destinem a compensar riscos decorrentes de variação no valor de mercado ou classificadas como Hedge de fluxo de caixa quando se destinam a compensar variação no fluxo de caixa estimado da instituição.

O *Hedge* é considerado efetivo quando compensam as variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa do objeto de *Hedge* num intervalo entre 80% à 125% de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21.

A efetividade das estruturas dos *Hedges* de risco de fluxos de caixa são medidas mensalmente, e estão em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN.

A estrutura de *hedge* contábil das operações abaixo foram constituídas associando-se a um contrato de Swap do tipo fluxo de caixa, para cada fluxo de pagamento das captações, seja de juros ou de principal e juros, sendo a posição ativa do Banco idêntica à remuneração dos contratos de captação.

Composição da estrutura de *hedge* de risco de fluxo de caixa

jun/22				
Objetos de Hedge				
Valor Nominal	Valor de Mercado		Variação no valor utilizada para calcular a efetividade do Hedge	Variação no valor reconhecida no Patrimônio
	Ativos	Passivos		
Hedge de Fluxo de Caixa				
Hedge de Captações				
Contratos de Swap	187.918	- (190.781)	(193.030)	(2.249)

jun/22				
Instrumentos de Hedge				
Valor Nominal	Valor de Mercado		Variação no valor utilizada para calcular a efetividade do Hedge	Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido
	Ativos	Passivos		
Derivativos				
Contratos de Swap	187.918	2.662 (6.432)	(1.485)	(2.285)

dez/21				
Objetos de Hedge				
Valor Nominal	Valor de Mercado		Variação no valor utilizada para calcular a efetividade do Hedge	Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido
	Ativos	Passivos		
Hedge de Fluxo de Caixa				
Hedge de Captações				
Contratos de Swap	102.275	(109.024)	(109.314)	(290)
Contrato NDF - Non Deliverable Forward	25.004	- (26.407)	(25.566)	-
Total	127.279	- (135.431)	(134.880)	(290)

dez/21				
Instrumentos de Hedge				
Valor Nominal	Valor de Mercado		Variação no valor utilizada para calcular a efetividade do Hedge	Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido
	Ativos	Passivos		
Derivativos				
Contratos de Swap	102.275	7.684 (1.168)	5.400	1.116
Contrato NDF - Non Deliverable Forward	26.442	- (1.108)	(1.082)	(26)
Total	128.717	7.684 (2.276)	4.318	1.090

O resultado da marcação a mercado da estrutura designada como *Hedge* de risco de fluxo de caixa está contabilizado no patrimônio líquido, correspondendo um débito no montante de (R\$20) e um crédito no montante de R\$ 832, líquidos dos efeitos tributários em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respectivamente.

d. Composição dos Instrumentos Financeiros Derivativos Ajuste ao Patrimônio Líquido

	jun/22	dez/21
Saldo anterior	832	(203)
Ajuste ao PL MTM - Diferencial Derivativos	(4.240)	5.723
Ajuste ao PL MTM - Empréstimos no Exterior	2.539	(3.689)
Ajuste ao PL MTM antes dos impostos	(1.701)	2.034
Impostos IR/CS	849	(999)
Movimento do Ajuste de Avaliação Patrimonial	(852)	1.035
Total do Ajuste de Avaliação Patrimonial	(20)	832

e. Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	jun/22	jun/21
Rendas com Operações com Derivativos	28.282	11.668
Despesas com Operações com Derivativos	(38.977)	(24.752)
	(10.695)	(13.084)

7. Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

a. Composição das Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro

	jun-22		dez-21	
	Valor	%	Valor	%
Operações Financiamento - CDC	548.440	93,1	461.919	96,0
Operações Financiamento - FINAME	40.596	6,9	18.401	3,8
Operações de Arrendamento Financeiro (1)	235	0,0	722	0,2
TOTAL	589.271	100,0	481.042	100,0

(1) A carteira está representada pelas operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro, demonstradas pelo valor presente dos contratos, cujo saldo totaliza R\$ 235 em 30 de junho de 2022 e R\$ 722 em 31 de dezembro de 2021, conforme abaixo:

	jun-22	dez-21
Arrendamento a Receber	20	117
(Renda a apropriar de Arrendamento Financeiro)	(20)	(117)
Imobil. de Arrend. Líquido de Depreciação	235	4.742
Credores por Antecipação de Valor Residual	-	(4.020)
Valor Presente de Arrendamento Financeiro	235	722

b. Rendas de Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro

Operações de Crédito	jun-22	jun-21
Operações Financiamento - CDC	30.884	20.739
Financiamento - FINAME	2.784	181
Operações de Arrendamento Financeiro	3.696	3.872
TOTAL	37.364	24.792

c. Composição por Setor de Atividade de Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro

Setor Privado	jun-22		dez-21	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	39.774	6,7	37.356	7,8
Pessoa Jurídica	549.497	93,3	443.686	92,2
Serviços	194.066	32,9	157.164	32,7
Comércio	284.822	48,3	235.128	48,9
Rural	4.979	0,9	1.984	0,4
Indústria	54.639	9,3	44.613	9,2
Empresariais	10.991	1,9	4.797	1,0
TOTAL	589.271	100,0	481.042	100,0

d. Concentração dos principais devedores

	jun-22		dez-21	
	Valor	%	Valor	%
Principal Devedor	27.371	4,6	22.520	4,7
10 Maiores Devedores	98.729	16,8	80.725	16,8
50 Maiores Devedores	161.355	27,4	132.642	27,6
100 Maiores Devedores	118.520	20,1	94.987	19,7
Demais Devedores	183.296	31,1	150.168	31,2
TOTAL	589.271	100,0	481.042	100,0

Os valores apresentados por Maiores Devedores não são acumulativos entre si.

e. Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro por Faixas de Vencimentos

	jun-22		dez-21	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas (1)	766	0,1	457	0,1
A Vencer até 30 Dias	25.234	4,3	18.813	3,9
A Vencer de 31 a 60 Dias	20.686	3,5	19.555	4,1
A Vencer de 61 a 90 Dias	21.566	3,7	18.568	3,9
A Vencer de 91 a 180 Dias	66.274	11,2	52.841	11,0
A Vencer de 181 a 360 Dias	116.535	19,8	91.686	19,1
A Vencer acima de 361 Dias	338.210	57,4	279.122	58,0
TOTAL	589.271	100,0	481.042	100,0

(1) O Banco possui operações de crédito vencidas há mais que 90 dias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

f. Carteira de Créditos e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Créditos distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Níveis de Risco	% Provisão Mínima Exigida	% Provisão Adicional	jun-22		dez-21	
			Valor		Valor	
			Operações de Crédito	Provisão	Operações de Crédito	Provisão
A	0,50	0,13	159.698	1.006	137.427	866
B	1,00	0,50	424.463	6.363	341.993	5.130
C	3,00	1,75	2.267	112	1.472	70
D	10,00	5,00	1.585	238	9	1
E	30,00	5,00	1.207	422	-	-
F	50,00	5,00	51	28	-	-
H	100,00		-	-	141	141
TOTAL			589.271	8.169	481.042	6.208

g. Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	jun-22	dez-21
Saldo Inicial	6.208	5.064
Constituição de Provisão	2.066	2.736
Reversão de Provisão	(27)	(743)
Créditos baixados p/ prejuízo	(78)	(849)
Saldo Final	8.169	6.208

Em 30 de junho de 2022 não existiam operações recuperadas, (R\$ 745 em 31 de dezembro de 2021), baixadas para prejuízo R\$ 78, (R\$ 849 em 31 de dezembro de 2021) e contratos renegociados no montante de R\$ 1.713, (R\$ 5.304 em 31 de dezembro de 2021).

8. Outros Ativos Financeiros

	jun-22	dez-21
Rendas a Receber(1)	1.437	374
TOTAL	1.437	374

(1) Refere-se a valores a receber de subsídio da Controladora KBI.

9. Outros Ativos

	jun-22	dez-21
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	-	1.244
Máquinas e Equipamentos	-	1.244
Despesas Antecipadas	125	44
Despesas Antecipadas (1)	125	44
Adiantamentos Diversos (2)	692	1.360
TOTAL	817	2.648

1. Refere-se a despesas antecipadas de serviços prestados de terceiros.
2. Refere-se a valores a receber de clientes.

10. Imobilizado de Uso

Itens imobilizado de Uso	jun-22			dez-21		
	Valor do Custo	Depreciação	Saldo Contábil	Valor do Custo	Depreciação	Saldo Contábil
Mobiliários Moveis e Equipamentos	454	(280)	174	442	(255)	187
Veículos	614	(298)	316	725	(349)	376
TOTAL	1.068	(578)	490	1.167	(604)	563

11. Depósitos

Os Depósitos a Prazo estão classificados de acordo com seus vencimentos contratuais com taxa média de juros pós-fixada em DI, e os Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) estão classificados de acordo com seus vencimentos com taxa pré-fixada em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

a) Depósitos - por Prazo de Exigibilidade

	jun-22			dez-21		
	até 360 dias	Acima de 360	Total	até 360 dias	Acima de 360	Total
Depósitos Interfinanceiros						
CDI -DI não Ligada (1)	-	27.305	27.305	183.889	17.157	201.046
CDI -Pré não Ligada (1)	112.888	59.475	172.363	-	25.740	25.740
Depósitos a Prazo						
CDB -Pós Ligada (1)	-	-	-	210	-	210
Total	112.888	86.780	199.668	184.099	17.157	226.996

(1) Os Depósitos a Prazo e Interfinanceiros tem liquidez diária e podem ser resgatados a qualquer momento sem ônus ao Banco.

12. Obrigações por Empréstimos no Exterior e no País

Obrigações por empréstimos no exterior, são representadas por recursos em moeda estrangeira, sobre os quais incidem encargos financeiros acrescidos de juros no montante de R\$ 190.781 em 30 de junho de 2022 e R\$ 135.431 em 31 de dezembro de 2021.

	jun-22			
	Principal	Curva	Valor de Mercado	Ajuste ao MTM
Obrigações por Empréstimos no Exterior e no País				
Empréstimos em Moeda Estrangeira	187.918	193.030	190.781	(2.249)
Valor Total	187.918	193.030	190.781	(2.249)
	dez-21			
	Principal	Curva	Valor de Mercado	Ajuste ao MTM
Obrigações por Empréstimos no Exterior e no País				
Empréstimos em Moeda Estrangeira	127.279	134.028	135.431	(290)
Valor Total	127.279	134.028	135.431	(290)

13. Obrigações por Repasses no País

Recurso do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais – FINAME, sujeitos a encargos contratuais pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e Taxa Selic, acrescido de juros conforme as políticas operacionais do BNDES com vencimento até dezembro de 2027.

a. Obrigações por Repasses

No país - Instituições Oficiais

jun-22						
Programa	até 1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	Acima 5 anos	Total
FINAME						
Pós- fixado	13.010	11.328	8.687	5.840	1.614	40.479

dez/21						
Programa	até 1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	Acima 5 anos	Total
FINAME						
Pós- fixado	5.144	5.383	2.910	2.950	1.927	18.314

14. Outros Passivos

	jun-22	dez-21
Pagamento de Pessoal (1)	2.374	2.397
Provisão Despesas Administrativas	125	139
Fornecedores	410	348
Diversos (2)	657	206
Valores de subsídios apropriar (3)	8.513	6.009
TOTAL	12.079	9.099

(1) Conforme Resolução nº 4.877/20 do CMN estão reconhecidos os aumentos referentes aos salários futuros, férias e décimo terceiro.

(2) IOF sobre Operações de Crédito.

(3) Refere-se as receitas dos contratos com taxas subsidiadas pela Komatsu Brasil International Ltda.

15. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 100.000.000 (Cem milhões de Reais), divididos em 100.000.000 (Cem milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Em 10 de novembro de 2021, o Banco aumentou seu capital em R\$ 50.000.000 (Cinquenta milhões de Reais), passando para um total de seu Capital Social para R\$ 150.000.000 (Cento e cinquenta milhões de Reais), divididos em 150.000.000 (Cento e cinquenta milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b. Reserva Legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido do período para a constituição da Reserva Legal, até que esteja alcance o limite de 20% do capital social realizado previsto em Lei.

c. Reserva para Expansão

A Reserva para Expansão foi criada para registro dos resultados dos exercícios, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais ao Banco.

d. Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária do Banco foi constituída por determinação do estatuto social, a partir de 2022, sendo que a Administração reclassificou os valores da Reserva para Expansão para Reserva Estatutária, conforme estatuto social do Banco, no montante de R\$ 17.304.

e. Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos e juros sobre o capital próprio que somados, correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Os Juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros.

Em 30 de junho de 2022, a administração decidiu não deliberar dividendos e juros sobre o capital próprio, conforme estatuto social do Banco.

16. Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20, como segue:

Coligadas do Grupo Controlador	jun-22	dez-21
ATIVO		
Rendas a Receber (1)	1.486	441
Komatsu Brasil International Ltda. - Coligada	1.437	374
Komatsu Mexico Ltda. - Coligada	49	67
TOTAL	1.486	441
PASSIVO		
Pagamentos a Efetuar (2)	55	40
Komatsu Brasil International Ltda. - Coligada	55	40
Depósito a Prazo - CDB	-	211
Komatsu Brasil Holding Financeira Ltda. - Controladora	-	211
TOTAL	55	251
RESULTADO		
Rendas de Financiamento Subsidiado	2.465	4.721
Komatsu Brasil International Ltda. - Coligada	2.465	4.721
Outras Despesas Administrativas (3)	(316)	(559)
Komatsu Brasil International Ltda. - Coligada	(316)	(559)
Despesa de Depósito a Prazo	-	(177)
Komatsu Brasil Holding Financeira Ltda. - Controladora	-	(177)
TOTAL	2.149	3.985

1. Refere-se a recebimento de subsídio de taxas sobre operações de crédito.
2. Refere-se a pagamentos a efetuar conforme contrato de compartilhamento de despesas gerais e administrativas.
3. Refere-se, basicamente, a compartilhamento de despesas gerais e administrativas.

Remuneração dos administradores

De acordo com o Estatuto Social do Banco, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores.

Os gastos com remuneração dos administradores do Banco, foram definidos o limite máximo de até R\$ 4.400 nos semestres de 2022 e 2021.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Demonstração do cálculo dos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social

	jun-22		jun-21	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado Antes da Tributação	10.354	10.354	9.247	9.247
(+) Adições Permanentes	260	17	233	13
(+) Adições Temporárias	4.122	1.059	1.080	1.080
(-) Exclusões Temporárias	-	-	(653)	-
Resultado Antes da Compensação	14.736	11.430	9.907	10.340
Realização/Constituição Crédito Tributário	-	-	-	-
Base de Cálculo IRPJ/CSLL	14.736	11.430	9.907	10.340
Alíquota Nominal (15% IRPJ)	2.210	-	1.486	-
Alíquota Nominal (10% adicional - IRPJ)	1.462	-	979	-
Total Imposto de Renda (antes incentivos)	3.672	-	2.465	-
(-) Incentivo Fiscal - PAT	-	-	(24)	-
Despesa Imposto de Renda Corrente	3.672	-	2.441	-
Alíquota Nominal (20% CSLL)	-	2.286	-	2.068
Total Imposto de Contribuição Social	-	2.286	-	2.068

b. Origem dos Créditos Tributários e das Obrigações Fiscais Diferidas

Créditos Tributários

	dez/21	Constituição	Realização	jun/22
IR e CSLL diferidos originados por:				
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	3.104	654	-	3.758
Outras adições Temporárias	944	-	(775)	169
Total de Créditos Tributários s/diferenças temporárias	4.048	654	(775)	3.927

Obrigações Fiscais Diferidas

	dez/21	Constituição	Realização	jun/22
IR e CSLL diferidos originados por:				
Provisão de Superv. depreciação operações de arrend.mercantil	668	-	(668)	-
Provisão de Derivativos de Hedge de Fluxo de Caixa	832	-	(832)	-
Total de Obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	1.500	-	(1.500)	-

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Banco possuía créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados com base nas alíquotas vigentes, conforme demonstrado a seguir. Esses créditos estão registrados em "Ativos Fiscais e Passivos Fiscais", tendo em vista as estimativas dos créditos, face à projeção de lucros tributáveis baseada em estudo técnico que é revisto no mínimo semestralmente.

Os principais fatores que fundamentam a projeção de rentabilidade futura deste estudo são:

- Premissas básicas aderentes ao plano estratégico do Banco e ao cenário macroeconômico atual;
- Projeções de resultado compatíveis com os negócios, estratégias e estruturas operacionais e de capital;
- Crescimento da carteira de crédito e dos “spreads” aderentes às expectativas de mercado;
- Incremento nas receitas de prestação de serviços, tarifas e outras receitas, compatíveis com o mercado e com a estrutura de produtos oferecidos pelo Banco; e
- Estimativa de despesas e custos operacionais baseada na inflação projetada e nas necessidades operacionais do Banco.

A realização desses créditos tributários, no período estimado, depende da materialização dessas premissas na forma como projetadas.

c. Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

A seguir, apresentamos a expectativa anual de realização dos créditos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculados sobre diferenças temporárias, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a Taxa Selic projetada ano a ano, para os próximos 5 anos, aplicada sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes na data do balanço.

Ano de Realização	Valor	Valor Presente	% de Realização
2022	1.002	884	26%
2023	1.791	1.639	46%
2024	661	615	17%
2025	327	306	8%
2026	117	110	3%
2027	29	27	1%
TOTAL	3.927	3.581	100%

18. Valor Justo dos Ativos e Passivos Financeiros

a. Determinação e Hierarquia do Valor Justo

O Banco utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de “Fluxo de caixa descontado”, nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

	jun-22	dez/21
Classificação contábil	Nível 2	Nível 2
Ativos Financeiros avaliados por seu valor justo:		
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.662	7.684
Passivos Financeiros avaliados por seu valor justo:		
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.432	2.276
Obrigações p/Empréstimos no Exterior	190.781	135.431

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Banco não possuía nenhum Ativo e Passivo Financeiros classificados nas categorias Nível 1 e Nível 3.

b. Método de Apuração do valor Justo

A melhor evidência de valor justo é o preço cotado em mercado ativo. A maioria das técnicas de avaliação emprega dados observáveis de mercado, caracterizando alto grau de confiança no valor justo estimado.

Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de Ativo ou Passivo financeiros forem adotadas pelo mercado, estes são incluídos no nível 2.

19. Estrutura de Gerenciamento de Risco

Como em toda atividade bancária, as operações do Banco estão sujeitas a vários tipos de riscos, sendo assim, a alta administração do Banco considera a gestão de riscos e *compliance* essenciais para o bom desempenho e continuidade de negócios.

A área de gestão de riscos e *compliance* do Banco atua de maneira integrada e está configurada em conformidade com a complexidade de suas operações, de forma a atender às boas práticas de mercado e às disposições da regulamentação em vigor.

O processo de gerenciamento de riscos e *compliance* conta com a participação de todas as camadas hierárquicas do Banco, que abrange desde as unidades de negócio até a Diretoria e seus Comitês.

O Banco possui um Comitê de Riscos e *Compliance* que tem como principal atribuição o aprimoramento das ferramentas de controle e processos, acompanhamento, monitoramento dos riscos do Banco, aprovação de novos instrumentos normativos e políticas internas.

Maiores detalhes sobre as informações relativas à estrutura de gerenciamento de riscos e relatórios de transparência estão disponíveis na aba Governança na página do Banco na web, no endereço: www.bancokomatsu.com.br. (não auditado).

a. Risco de Crédito

Em conformidade a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de crédito, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades do Banco.

O Banco utiliza modelo próprio de classificação do risco de crédito onde são considerados aspectos quantitativos e qualitativos. A classificação de crédito baseia-se em informações tais como: a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua, as garantias oferecidas e a destinação do crédito. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas que garante a detalhada observação e avaliação do risco das operações, bem como a necessária tempestividade e flexibilidade na sua aprovação.

Os princípios de controle do Banco estão descritos nas políticas de risco que estão em constante desenvolvimento e manutenção.

b. Risco de Mercado

Em conformidade a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de mercado, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades do Banco.

Por se tratar de um banco de nicho, operando basicamente no financiamento de bens da própria marca para pessoas físicas e jurídicas, o perfil de exposição ao risco de mercado do Banco é conservador. Os investimentos da tesouraria são restritos ao excedente de caixa, estão disponíveis para venda e não possuem finalidade especulativa, sendo assim, são registrados na carteira de não negociação (Banking).

O Banco utiliza instrumentos derivativos de *hedge* para proteger suas operações, sujeitas a variação cambial. A estratégia consiste exclusivamente em compensar os riscos de variações de preços de mercado, não assumindo nenhuma posição especulativa.

O capital mínimo requerido para cobertura do risco das exposições sujeitas à variação de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN-IRRBB) é calculado mensalmente através da metodologia EVE (*Economic Value Equity*) de acordo com preceitos a Resolução BCB nº. 48/2020.

c. Análise de Sensibilidade para Risco de Mercado

O objetivo da análise de sensibilidade é apoiar a alta administração do Banco, no que diz respeito ao entendimento sobre o potencial de impacto que certas situações, adversas ou não, provocariam no capital do Banco.

Para realização da análise de sensibilidade é utilizada ferramenta sistêmica de análise de risco, onde se estabelecem cenários de longo prazo que afetam os parâmetros ou variáveis definidas para a mensuração de risco do Banco.

Por se tratar de um Banco que não possui apetite de risco para posições especulativas ou que sejam vinculadas a variação de moedas e preços de mercado, e que opera basicamente com posições ativas e passivas mantidas até o vencimento e classificados na carteira de não-negociação (*Banking*), a análise baseia-se em valorização ou desvalorização do capital do Banco, em decorrência de mudanças nas taxas de juros estruturais praticadas no mercado.

Tal análise se mostra eficaz, na medida em que as posições são majoritariamente compostas de operações de crédito, captações e investimento do excedente de caixa, cujo registro contábil é realizado pelas taxas pactuadas nas operações, ou seja, pelo valor justo. Diante desta característica, conclui-se que os efeitos das oscilações de taxa de juros são refletidos no patrimônio líquido do Banco e não no resultado. Existem também operações atreladas a instrumentos de *hedge*, que visam eliminar completamente os efeitos de oscilações de moeda estrangeira sobre o patrimônio do Banco.

Nos cenários analisados, os fluxos de caixa futuro das posições ativas e passivas são marcados a mercado nas respectivas datas-bases, de acordo com a curva de juros para cada fator de risco, informado pela B3 (ETTJ – Estrutura a Termos de Taxa de Juros).

Por fim, as exposições são calculadas pela diferença entre as posições ativas e passivas, cujos valores positivos representam exposições compradas e os valores negativos representam exposições vendidas.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade da Carteira Banking para as data-base de 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

		jun-22			dez/21			
		Impactos no Capital			Impactos no Capital			
Fatores de risco	Exposições	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Exposições	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Pré-fixado	186.098	3.162	(5.994)	(14.231)	189.157	4.084	(7.766)	(18.519)
SELIC	2.365	24	(47)	(114)	1.181	15	(29)	(69)
TJLP	2	-	-	-	11	-	-	-
CDI	7.885	(174)	341	826	547	(264)	512	1.232
Total	196.350	3.012	(5.700)	(13.519)	190.896	3.835	(7.283)	(17.356)

A análise de sensibilidade foi realizada considerando-se os seguintes cenários:

- Cenário 1: refere-se ao cenário realista com viés positivo, onde as taxas de juros estruturais sofrem uma redução de um ponto percentual (100 bps) em toda a curva de juros futuros, para todos os fatores de risco, independente do prazo de vencimento;
- Cenário 2: refere-se ao cenário realista com viés negativo, onde as taxas de juros estruturais sofrem uma elevação de dois pontos percentuais (200 bps) em toda a curva de juros futuros, para todos os fatores de risco, independente do prazo de vencimento;
- Cenário 3: refere-se ao cenário de estresse, onde as taxas de juros estruturais sofrem uma elevação de cinco pontos percentuais (500 bps) em toda a curva de juros futuros, para todos os fatores de risco, independente do prazo de vencimento.

d. Risco de Liquidez

Em conformidade a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da Instituição.

As políticas e procedimentos internos de gestão de riscos visam cobrir:

- Risco de liquidez operacional, oriundo da necessidade de caixa para fazer frente às despesas administrativas;

- Risco de liquidez de financiamento, oriundo da necessidade de caixa para fazer frente à contratação de novos negócios de acordo com o planejamento estratégico do Banco;
- Risco de liquidez associado ao risco mercado, oriundo dos descasamentos entre ativos e passivos do Banco.

Tais políticas e procedimentos estabelecem parâmetros para a posição mínima de liquidez do Banco e possuem capacidade de mensurar se o banco está operando nesses parâmetros, gerando relatórios tempestivos à administração que permitem tomar decisões sobre liquidez e monitorar os resultados dessas decisões.

e. Risco Operacional

Em conformidade a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco possui estrutura de gerenciamento do risco operacional, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades do Banco.

O processo de monitoramento do Risco Operacional envolve toda a estrutura do Banco, iniciando-se com os colaboradores que identificam os riscos, os gestores de processos que avaliam os riscos, passando pela área de gestão de risco e Comitê de Riscos e *compliance* que determinam as ações para sua mitigação.

Os trabalhos de Auditoria Interna complementam tal processo, devendo constar dos seus relatórios a avaliação do sistema de controles internos e riscos.

Em conjunto com a área de gestão de riscos e *compliance* às demais áreas de negócios do Banco são responsáveis pela elaboração e cronograma dos planos de ação, cuja finalidade são de aprimoramento dos processos e controles internos. Os planos de ação são aprovados e acompanhados sistematicamente pelo comitê de riscos e *compliance*.

Com relação ao atendimento dos requisitos de Basileia, o Banco gerencia seus riscos operacionais utilizando a abordagem básica para alocação de capital.

f. Risco Socioambiental

Em conformidade a Resolução CMN nº 4.327/14, o Banco possui estrutura de gerenciamento do risco socioambiental, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades do Banco.

Na condução de seus negócios, o Banco possui política, procedimentos, e práticas que visam mitigar o risco socioambiental em toda a sua cadeia produtiva, desde o estabelecimento de canais de comunicação com clientes internos e externos até o monitoramento das atividades de seus clientes tanto no momento da aprovação de crédito quanto no decurso de relacionamento com o Banco.

20. Gerenciamento do Capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, o processo de gestão de capital está centrado no acompanhamento mensal da adequação do Patrimônio de Referência (PR) e visa assegurar que o Banco mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento de suas atividades.

a. Planejamento de Capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, anualmente o Banco elabora plano de capital com o objetivo de estimar o enquadramento dos limites regulatórios e de apetite de risco do Banco, de acordo com o planejamento estratégico do Banco para um horizonte de três anos.

O plano de capital é aprovado pelo Comitê de Risco e *Compliance*, que também é responsável pelo acompanhamento trimestral dos limites planejados em relação os valores realizados, assim como, pelo acionamento do plano de contingência de capital em caso de necessidade específica.

b. Teste de Estresse

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17 e de acordo com a complexidade de suas operações, produtos e mercado de atuação, o Banco estabelece um estudo periódico para avaliar de maneira prospectiva o impacto no capital do Banco diante de situações adversas de mercado, ou que tenham potencial de quebra de premissas de resultados consideradas no seu planejamento estratégico.

Os cenários considerados no programa de teste de estresse são um conjunto de premissas previamente definidas, que abrangem os fatores de risco relevantes e concentrações significativas, que visam estabelecer níveis severos de quebra da normalidade dos indicadores de risco. Os cenários também são elaborados de maneira a considerar os efeitos decorrentes da interação entre os diversos fatores de riscos existentes.

O Comitê de Riscos e *Compliance* é o órgão interno responsável pela aprovação do teste de estresse e deliberação sobre a necessidade de realização de testes de estresse específicos, oriundos de situações adversas identificadas nas rotinas de gerenciamento de riscos.

c. Índice de Capital

O Índice de Basileia, de Capital Principal, Nível I e Nível II, são requeridos para garantir a solidez do Banco e com intuito de suportar o crescimento do negócio.

O Índice de Capital é calculado com base na relação entre os ativos ponderados pelo risco e o capital do banco.

Os Índices de Capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 54/2020, que trata do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

A avaliação e suficiência de capital é feita periodicamente com intuito de verificar se o patrimônio de referência é suficiente para os riscos tomados pelo Banco.

	jun-22	dez/21
Patrimônio de Referência	173.207	169.134
PR - Nível I	173.207	169.134
Capital Principal (CP)	173.207	169.134
Capital Social	150.000	150.000
(+) Reservas de Capital, de Reavaliação e de Lucros	23.227	18.301
Ajuste ao Valor de Mercado	(20)	832
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	605.076	513.120
Risco de Crédito	580.629	482.365
Risco Operacional	24.447	30.756
Nível I	173.207	169.134
Capital Principal (CP)	173.207	169.134
Patrimônio de Referência	173.207	169.134
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	48.406	41.050
Folga em Relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	124.801	128.084

As Instituições financeiras têm que manter patrimônio líquido mínimo de 8,0% dos seus ativos consolidados ponderados por graus de risco, acrescidos de percentuais sobre os riscos de créditos, em ativos e passivos referenciados em variação cambial e em variação da taxa de juros, conforme normas e instruções do BACEN.

Em 30 de junho de 2022 o Banco está enquadrado neste limite operacional, onde o índice de capital corresponde a 28,63% (32,96% em 31 de dezembro de 2021).

Em complemento aos requerimentos mínimos de capital, a partir do 4º exercício de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748/15 do BACEN, que incorpora o Índice de Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. A RA é definida como a razão entre Capital de Nível I (capital de mais alta qualidade mantida pelos bancos) e Exposição Total (calculada nos termos da referida Circular). O índice de Alavancagem do Banco é de 26,35% em 30 de junho de 2022 (28,55% em 31 de dezembro de 2021).

21. Outras Receitas/(Despesas) operacionais

a. Outras Receitas /(Despesas) Operacionais

	jun-22	jun-21
Receita de Prestação de Serviços	139	259
Outras Receitas Operacionais (1)	35.059	26.277
Despesas Tributárias	(852)	(1.046)
TOTAL	34.346	25.490

(1) Refere-se basicamente a Variação Cambial em 2022 e 2021.

b. Outras Receitas e Despesas

	jun-22	jun-21
Resultado na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos p/venda	131	(66)
Recuperação da desvalorização de Ativos não Financeiros Mantidos p/ venda	90	-
Recuperação de Despesa de Ativos não Financeiros Mantidos p/ venda (1)	60	-
Resultado na Alienação de Ativo Imobilizado de Uso	75	28
TOTAL	356	(38)

(1) Refere-se à recuperação das despesas pagas no semestre anterior, onde foi reconhecido no resultado apurado, e recebemos pelo acordo com o cliente.

c. Outras Despesas Administrativas

	jun-22	jun-21
Despesas de Processamento de Dados	(739)	(522)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(465)	(390)
Despesas de Serviços Sistema Financeiro	(97)	(95)
Outras Despesas Administrativas	(56)	(119)
Despesas com Aluguéis	(264)	(169)
Despesas c/Contingência Trabalhista	(243)	-
Despesas com Transportes	(15)	(6)
Despesas de Comunicação	(32)	(35)
Despesas de Viagens	(11)	(70)
Despesas de Publicações	(22)	(108)
Despesas de Depreciação	(85)	(85)
Despesas c/ Seguros	(52)	(59)
Despesas c/Emol.Judiciais e Cartorários	(3)	(141)
Despesas c/Promoções e Relações Públicas	(7)	(12)
TOTAL	(2.091)	(1.811)

d. Despesas de Pessoal e Honorários da Diretoria

	jun-22	jun-21
Proventos e Ordenados (1)	(2.601)	(2.255)
Encargos Sociais (2)	(808)	(892)
Benefícios (3)	(414)	(416)
TOTAL	(3.823)	(3.563)

(1) Em 30 de junho de 2022 para Diretores R\$ 1.496, e para Funcionários R\$ 1.105. (2021 – Diretores R\$ 1.238, Funcionários R\$ 1.017).

(2) Em 30 de junho de 2022 para Diretores R\$ 440, e para Funcionários R\$ 368. (2021 – Diretores R\$ 486, Funcionários R\$ 406).

(3) Em 30 de junho de 2022 para Diretores R\$ 69, e para Funcionários R\$ 345. (2021 – Diretores R\$ 75, Funcionários R\$ 341).

22. Outras Informações

a. Remuneração de Pessoal Chave da Administração

A Resolução do CMN nº 3.921/10 tem como objetivo principal regulamentar e institucionalizar as políticas de remuneração dos administradores de instituições financeiras, assegurando seu alinhamento à política de gestão de riscos do Banco, no sentido de coibir comportamentos que possam ser considerados desalinhados dos níveis de segurança e de prudência desejados. A referida Resolução estabelece diretrizes sobre os programas de remuneração variável, também as responsabilidades na aprovação, operacionalização e divulgação das políticas de remuneração, bem como a criação de um comitê de remuneração.

Alinhando às regras da referida Resolução, a remuneração dos administradores do Banco, são baseados, (i) nas responsabilidades dos Administradores, considerando os diferentes cargos ocupados e as funções que desempenham; (ii) no tempo dedicado às suas funções; (iii) na competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) ao valor de seus serviços no mercado.

Os administradores do Banco são remunerados através de Pró-Labore, que estão apresentados na rubrica despesas de honorários de diretoria.

b. Ativos e Passivos Contingentes

O Banco não possui contingência passiva classificada com risco de perda possível.

Paulo Alves
Diretor Gerente

Luciana Moreno
Contadora
CRC 1SP222274/O-0